



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo de Licitação nº: 013/2018

Modalidade: Pregão Presencial n.º 005/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis (pães, rosquinhas, biscoitos variados, etc) destinados ao atendimento das secretarias do Município de Patos de Minas no ano de 2018.

ASSUNTO: JULGAMENTO DE RECURSO

O licitante **GUIMARÃES PÃES E DOCES LTDA - ME** interpôs tempestivamente recurso em 09/03/2018, protocolo n.º 99.332/2018, contra a decisão da Pregoeira em desclassificá-lo, por não constar a marca em sua proposta estando em desconformidade com o subitem 9.6.1 do item 09 do edital.

Admitido o recurso, a Pregoeira abriu o prazo de contra recurso, logo após a empresa **ELIS MARINA LTDA - ME** apresentou tempestivamente o contrarrecurso em 13/03/2017 através do processo n.º 99.504/2018.

Juntados recurso e contrarrecurso dos licitantes aos autos, o processo licitatório foi encaminhado à Advocacia Geral do Município para análise e parecer jurídico.

A Procuradoria Geral do Município, após análise de tais documentos opinou da seguinte maneira:

Antes de adentrarmos no mérito, cabe tecer algumas considerações sobre alguns princípios, visto servirem de norte para o atuar administrativo.

Há os princípios expressos no caput do art. 37 da CF/88, sendo eles o da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência.

Há também os princípios específicos a serem observados pelo agente público enquanto promotor do certame licitatório.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório determina que o edital é a lei interna da licitação. O que nele estiver especificado deve ser estritamente observado pela Administração Pública e pelos licitantes, como é o caso do edital desse Pregão Presencial nº 05/2018, pois sequer houve impugnação.

Em escólio ao Princípio Da Vinculação ao Instrumento Convocatório, leciona o saudoso Carlos Pinto Coelho Mota (Eficácia nas Licitações e Contratos, 11ªed., Del Rey, Belo Horizonte, 2008):

"Renomados autores já discorreram sobre o tema dos direitos dos licitantes à segurança do rito processual, predeterminado na lei e regulado pelo ato convocatório.[...]"

A lapidar afirmativa do Desembargador José Fernandes Filho consolidou-se em clássica jurisprudência:

Mandado de segurança – Procedimento – Licitação – Edital – Direito Líquido e certo. A licitação vem propiciar à Administração selecionar a proposta mais vantajosa e aos licitantes igual oportunidade de concorrerem. O edital, lei interna a regular o procedimento, deve conter todas as condições, bem



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

como os critérios a serem observados no julgamento, não sendo admissível sejam os concorrentes surpreendidos com critérios dos quais não tinham conhecimento. A igualdade de tratamento entre os licitantes é princípio constitucional que desatendido constitui em desvio de poder, reparável pelo Mandado de Segurança."

Logo, pelo Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório TODOS os licitantes participantes deste pregão presencial deverão seguir TODAS as suas regras editalícias.

O princípio sobre o qual a Administração Pública deve dar especial atenção para basear e julgar o recurso e o contrarrecurso é o Princípio da Igualdade. Todos os licitantes devem ter o mesmo tratamento.

Nestes termos Luiz Claudio de Azevedo Chaves (Curso Prático de Licitações, LumenJuris Editora, 2011, 1ª ed, págs. 6 a 8) leciona:

"É a chave-mestra da democracia. A Carta de 1988 trata a igualdade do ponto de vista jurídico-formal ao enunciar no caput do art. 52 que "todos são iguais perante a lei", como vem ocorrendo desde as Constituições do Império. Como informa CELSO RIBEIRO BASTOS, em brilhante comentário, "a igualdade não assegura nenhuma situação jurídica específica, mas garante o indivíduo contra toda má utilização que possa ser feita da ordem jurídica. A igualdade é, portanto, o mais vasto dos princípios constitucionais, não se vendo recanto onde ela não seja impositiva". É claro que, para selecionar um parceiro que ofereça condições vantajosas sem prejuízo para qualidade do produto ou serviço, poderá a Administração Pública traçar regras a fim de possibilitar o afastamento do conjunto de possíveis interessados, aqueles que não detenham o mínimo de capacidade ou condições de ofertar o objeto pretendido na futura contratação.[...] Mas este princípio precisa ser conjugado com o do Interesse Público. fim último do administrador. A igualdade visa garantir que haverá distinções apenas nos limites das desigualdades verificadas entre os administrados. Será mais vantajosa a proposta que atenda melhor ao interesse coletivo.[...] A igualdade não se reflete apenas nos atos preparatórios da licitação. Durante o julgamento das propostas ou exame da documentação, a autoridade julgadora (comissão ou pregoeiro) está proibida de agir de forma discriminatória em relação aos participantes, como possibilitar a emenda de um documento para um licitante e não permitir a mesma ação a outro em situação idêntica."

Assim, ao realizar um certame licitatório, a Administração deverá sempre buscar a melhor proposta, o particular mais capaz e, claro, não olvidando nunca de dispensar o mesmo tratamento aos participantes do certame.

E caso não preenchidos os requisitos habilitatórios/classificatórios, o licitante deverá sofrer as consequências de sua inaptidão.

*** Desclassificação da proposta da empresa Guimarães Pães e Doces Ltda**

A recorrente, empresa Guimarães sofreu a desclassificação de sua proposta, não chegando, sequer a ir para a etapa de lances, pois apresentou uma proposta totalmente em desacordo com o previsto no edital.

A proposta (fls. 214/216) da empresa Guimarães é falha, pois em nenhum de todos os produtos licitados e ofertados por ela houve a especificação da marca.

Para não restar dúvidas sobre a necessidade dos licitantes especificarem a marca dos produtos que serão ofertados à administração nos certames licitatórios colacionamos trechos da revista – Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU , 4ª ed., 2010, BSB:

*"Indicação de marca
Experiências em licitações públicas tem demonstrado que os licitantes necessitam, para bem elaborar propostas, de especificações claras e precisas, que definam o padrão de qualidade e o desempenho do produto a ser adquirido. Se não for assim, corre-se o risco de o licitante ofertar o que tem de mais barato e não o que pode oferecer de melhor.[...] O que a Lei de Licitações veda e os Tribunais de Contas condenam, especialmente o TCU, é a preferência por determinada marca ou indicação sem devida justificativa técnica nos autos."*

Ora, no caso dos autos não houve a especificação de marca no edital, pois não há justificativa técnica para essa determinação. Não obstante e devido às regras editalícias, a licitante deveria especificar a marca ofertada. Tanto é assim que as outras



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

duas participantes especificaram a marca em suas propostas, ficando somente a recorrente Guimarães em débito com o edital.

Também alegar que a expressão “se for o caso” autoriza o licitante a não especificar a marca não procede. Dos três participantes deste certame, somente a empresa Guimarães teve esse entendimento.

Para reforçar seus argumentos, a empresa Guimarães afirma que nem na relação de lances resumidos é necessário a marca. Tal afirmação não procede, pois dessa relação (fls. 290/294) NUNCA consta a marca. Não só nessa como em nenhuma outra licitação realizada neste Município.

É somente a relação dos lances de cada item por cada licitante que consta na relação de lances resumido, nada mais que isso.

A CP, ao desclassificar a proposta da recorrente Guimarães, o fez com base no edital e no entendimento da nossa corte de contas federal.

Edital deste certame:

“9.6.8 – Serão desclassificadas as empresas que não tenham atendido às condições estabelecidas no item 9.6.1 e 9.6.2”

TCU:

“Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 932/2008 Plenário”

“Zeie para que não sejam adotados procedimentos que contrariem, direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 2387/2007 Plenário”

“Observe o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com as disposições exaradas especialmente no art. 3º da Lei 8.666/1993. Acórdão 330/2010 Segunda Câmara”

A jurisprudência de nossos tribunais de justiça não discrepa desse entendimento:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA. VINCULAÇÃO AO EDITAL AGRADO PROVIDO. I - Orientação jurisprudencial assente no sentido que o Edital de Licitação regula as regras do certame, consubstanciando-se na legislação pertinente (precedentes). II - A proposta de preço apresentada em desconformidade com o edital não será aceita, sob pena de ferir o princípio da isonomia e conferir privilégio a uma empresa licitante em detrimento das demais. III - Hipótese em que tendo a empresa licitante apresentado proposta de preço em que apresentava informação que tornava possível sua identificação junto ao órgão de registro do produto, descumpriu a regra do edital que proibia a indicação de qualquer elemento que pudesse identificar a licitante. IV - Indicação do número de registro na ANVISA identifica não só o fabricante, como também o distribuidor, no caso, o licitante. V - Ausente qualquer ilegalidade na conduta do pregoeiro, que desclassificou a empresa agravada por descumprimento do edital, tendo em vista constar de sua proposta de preços elemento que facultou sua identificação como distribuidora do produto objeto da licitação. VI - Agravo de instrumento a que se dá provimento. (TRF-1 - AG: 107596720144010000, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN, Data de Julgamento: 07/07/2014, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 21/07/2014)”

“MANDADO DE SEGURANÇA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. APONTAMENTO DE VALOR UNITÁRIO DE ITEM LICITADO SUPERIOR AO LIMITE MÁXIMO ESTATUÍDO PELA ADMINISTRAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA DE FUMUS BONI IURIS NA ALEGAÇÃO AUTURAL. REVERSÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1- A fim de resguardar a imparcialidade e a isonomia entre os licitantes, deve a Administração Pública observar, entre outros princípios, o da vinculação ao instrumento convocatório, conforme a expressa disposição constante dos artigos 3º e 41, da Lei nº 8.666/93. 2- Não irradiada a verossimilhança da alegação autoral voltada à ocorrência de erro material no preenchimento da proposta apresentada, vez que apontado valor unitário consentâneo com o quantum total indicado, considerada a quantidade do item objeto da divergência, é certo que a superioridade da proposta se mostra em princípio contrária às balizas objetivas constantes do edital. 3- Recurso não provido. (TJMG; AGIN 1.0024.13.429732-4/001; Rel. Des. Corrêa Junior; Julg. 03/06/2014; DJEMG 13/06/2014) (grifo nosso)”



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ora, o objeto licitado é gêneros alimentícios e deixar de indicar qual marca o licitante estará ofertando é uma mácula insanável, pois por uma questão de saúde pública é dever da administração saber qual a origem, qual produto estará comprando para servir a seus funcionários e parcela da população envolvida com as atividades administrativas.

Portanto, não se trata de excesso de formalismo e sim, cuidado com a saúde dos agentes públicos e população diretamente envolvida.

Diante do exposto, com fulcro no art. 41 da Lei 8.666/93, subitem 9.6.8 do edital do pregão em evidência, nas decisões judiciais e da nossa corte de contas federal, opina esta AGM pela manutenção da desclassificação da empresa Guimarães Pães e Doces Ltda-ME e conseqüente não acolhimento do seu recurso.

*** Inabilitação da empresa Panificadora Elis Marina Ltda**

A empresa licitante Panificadora Elis Marina foi inabilitada por apresentar a certidão de falência e concordata (fls. 249), não do distribuidor da sua sede, mas do distribuidor da comarca de Belo Horizonte, cidade na qual não há nenhum estabelecimento comercial da mesma.

A disposição editalícia contrariada neste ponto é bastante clara. Dispõe:

"10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

k) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.[...] (g.n)

Ora, diante dessa clareza do edital, a licitante Panificadora Elis Marina deixou de apresentar documento imprescindível para comprovação de sua qualificação econômico-financeira, devendo sofrer as conseqüências de sua inabilitação.

A título de exemplificação, uma vez mais traremos entendimentos do TCU para o ponto analisado.

"Quanto ao detalhamento dos requisitos de qualificação econômico-financeira que deverão ser preenchidos pelas licitantes, a Lei nº 10.520/2002, não possui disciplinamento próprio, razão pela qual afigura-se cabível a aplicação, de forma subsidiária, da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 768/2007 Plenário (Sumário)

Ressalto, inicialmente, que o estabelecimento de requisitos para aferição da qualificação econômico-financeira das licitantes visa a assegurar que a empresa a ser contratada ao fim do procedimento licitatório disponha de recursos suficientes para a satisfatória execução do objeto contratado, trazendo, por conseqüência, maior segurança à Administração. Acórdão 296/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

Atente para que as exigências de habilitação sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, de modo a atender o art. 37, inciso XX I, da Constituição Federal c/c os arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 112/2007 Plenário"

Para reforçar a necessidade da apresentação da certidão de falência da sede do licitante e o acerto da comissão de pregão em inabilitar a recorrente, vale transcrever o art. 31, inc. II da Lei 8.666/93:

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:[...]

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Desnecessário tecer maiores comentários.

Por fim, sequer tal ponto foi objeto de manifestação recursal pela empresa Elis Marina. Limitou-se a impugnar o recurso administrativo aviado pela empresa Guimarães e pugna pela juntada da certidão de falência da comarca de sua sede.

Essa juntada desse documento é extemporânea. Deveria ter sido apresentada na sessão do pregão e não posteriormente.

Diante do exposto, com fulcro na alínea "k" do item 10 do edital, no inc. II do art. 31 da Lei 8.666/93 e entendimentos do TCU, opina esta AGM pela manutenção da inabilitação da licitante Panificadora Elis Marina Ltda-ME, visto não ser possível a juntada de documentos após a realização da sessão pregão. No ponto relativo à impugnação do recurso aviado pela recorrente Guimarães opina esta AGM pelo acolhimento das razões expostas.



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Após a manifestação da Advocacia Geral do Município em não acatar as razões da recorrente, o Secretário Municipal de Administração **DECIDIU** pelo IMPROVIMENTO do recurso interposto pelo licitante GUIMARÃES PÃES E DOCES LTDA ME, mantendo assim sua desclassificação e pelo PROVIMENTO PARCIAL da impugnação do recurso apresentado pela licitante ELIS MARINA LTDA ME, permanecendo a mesma inabilitada visto não ser possível a juntada de documentos após a realização da sessão do pregão, RATIFICANDO assim, a decisão da Pregoeira.

Comunica-se, que a manifestação jurídica, decisão do Secretário Municipal de Administração e resultado do julgamento do recurso foram juntados aos autos e estão à disposição dos interessados na Diretoria de Suprimentos e Bens Patrimoniais.

A seguir, a Pregoeira encaminha os autos do processo à Autoridade Superior para decidir sobre a Adjudicação e Homologação, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a fase de julgamento de recurso.

Patos de Minas, 22 de março de 2018.

Elis Angela Alves
Pregoeira